

RICARDO KITAGUTI

O TRABALHO INFORMAL:  
UM ESTUDO SOBRE O “CAMELÓDROMO” DO  
MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE

MARINGÁ, PR

2009

RICARDO KITAGUTI

O TRABALHO INFORMAL:  
UM ESTUDO SOBRE O “CAMELÓDROMO” DO  
MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)  
apresentado ao Departamento de Geografia  
(DGE) da Universidade Estadual de Maringá  
(UEM), para obtenção de título de bacharel em  
Geografia. Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Ms<sup>a</sup>. Yolanda Aoki.

MARINGÁ, PR

2009

## Resumo

O presente trabalho trata sobre o desenvolvimento do trabalho informal em Presidente Prudente buscando compreendê-lo no contexto capitalista, especialmente em tempos de neoliberalismo. Assim sendo, pretende-se demonstrar como se desenrola esta trama no cotidiano do “camelódromo” – denominação assumida pelos comerciantes informais e pelos consumidores – com seus atores, seu enredo e seu drama. Caracterizando os camelôs alocados no “camelódromo” da Cidade de Presidente Prudente, procurando analisar os fatores que levam ao crescimento do trabalho informal. Partindo de uma abordagem histórica sobre a origem do trabalho informal, buscando a compreensão da formação e os motivos que levam as pessoas ingressarem no trabalho informal dentro da economia da cidade. No trabalho ainda se define a trajetória dos camelôs, após conflito social com o poder público que, pressionados pelo comércio formal, passaram a comercializar seus produtos no “camelódromo”.

A pesquisa conta com o auxílio de 60 questionários aplicados para traçar o perfil socioeconômico dos trabalhadores informais e ainda com seis entrevistas semi-dirigidas, nas quais, valorizando a “fala” dos entrevistados, procura compreender a vida econômica e social dos personagens. A partir dos dados levantados se pode inferir que a organização de espaços como o “camelódromo” obedecem a uma lógica própria da cidade moderna que tende a segregar certos segmentos em espaço rigidamente demarcados com o fim de estabelecer a “ordem” da cidade. Ao examinar o perfil da população trabalhadora no “camelódromo” percebemos que tratam-se de trabalhadores semi-qualificados, com razoável nível de escolaridade, oriundos do comércio formal. Entretanto, a escolaridade e a experiência profissional anterior não lhes garantiram a permanência no mercado forma de trabalho, obrigando-os a buscarem a informalidade como alternativa de sobrevivência.

**PALAVRAS-CHAVE:** Trabalho informal; Camelódromo; Camelô; Trabalho.

## Sumário

1.Introdução -----	6
2.Fundamentação Teórica -----	8
3.Metodologia -----	11
4.Cenário nacional -----	14
4.1. Cenário local -----	15
5.Em Busca de um Entendimento da Atividade do Camelô -----	18
5.1. Os Motivos do Ingresso em Atividades Informais -----	19
6. Os Trabalhadores Camelôs no Município de Presidente Prudente -----	21
6.1. Organização Política do Camelô de Presidente Prudente -----	34
6.2.Tentativa de Construção de um “Shopping Popular” -----	37
7. O Papel das Associações Comerciais Contra os Camelôs -----	40
7.1. Alternativas para o Trabalho informal -----	41
8.Considerações Finais -----	43
9.Bibliografia -----	45

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA1. Localização do Município de Presidente Prudente -----	7
FIGURA 2. Croqui do “Camelódromo” de Presidente Prudente -----	17
FIGURA 3.Gráfico do número de sexo dos entrevistados-----	23
FIGURA 4. Vista interna do “Camelódromo” -----	28
FIGURA 5. Gráfico do ganho mensal dos entrevistados.-----	29
FIGURA 6. Gráfico da procedência da mercadoria no “camelódromo”--	33
FIGURA 7. Localização dos Box com maior fluxo -----	36

FIGURA 8. Croqui do “Camelódromo” e da Área de Expurgo em Presidente Prudente -----	38
FIGURA 9. Antiga Área de Expurgo em Presidente Prudente-----	39

## LISTA DE TABELA

TABELA 1. Faixa etária dos entrevistados-----	23
TABELA 2. Estado civil dos entrevistados-----	24
TABELA 3. Cidade de origem dos entrevistados-----	25
TABELA 4. Tipo de residência dos entrevistados-----	25
TABELA 5. Escolaridade dos entrevistados-----	26
TABELA 6. Formação profissional dos entrevistados-----	26
TABELA 7. Quantidade de pessoas na família dos entrevistados-----	27
TABELA 8. Quantidades de donos de Box-----	27
TABELA 9. Número de trabalhadores por Box-----	28
TABELA 10. Número de entrevistados que contribuem com o INSS-----	30
TABELA 11. Entrevistados com ocupação em outro ramo-----	30
TABELA 12. tempo de trabalho no ramo-----	30
TABELA 13. Tempo de trabalho no local-----	31
TABELA 14. Meio de locomoção dos entrevistados-----	31
TABELA 15. Tipo de mercadoria comercializada-----	32
TABELA 16. Valor dos Box de acordo com a localização e fluxo-----	35

## 1.INTRODUÇÃO

Os camelôs envolvem uma das principais atividades informais na atualidade e está vinculada à reestruturação produtiva engendrada a partir da década de 1970, e que possibilitou a substituição da produção em massa voltada para o consumo em massa pela produção flexível vinculada à demanda.

O fenômeno do desemprego e da precarização das condições de trabalho na nova era do capital, podem facilmente ser observados na maior parte das cidades brasileiras. É esse cenário que se tornam mais visíveis a partir do ano de 1990.

Foi nesse período também que se intensificou o processo de crescimento do número de camelôs nas grandes e médias cidades brasileiras, articulados a outras formas de trabalhadores informais.

Os locais escolhidos, geralmente as praças públicas e as calçadas, próximos aos centros comerciais, ou a lugares de grande fluxo de pessoas, que reúnem os potenciais compradores, são alvos de disputa entre os próprios trabalhadores, destes com os comerciantes legalmente estabelecidos e não raras vezes, entre os trabalhadores e o Poder Público.

Diante do exposto, pretendeu-se analisar a constituição do mercado de trabalho informal em Presidente Prudente, com enfoque específico sobre aqueles trabalhadores do comércio, os vendedores alocados no “camelódromo” desta cidade desde de 1995.

Tal situação despertou o interesse, face às peculiaridades da organização do município de Presidente Pudente, uma cidade localizada no oeste do Estado de São Paulo, conforme Figura 1 a seguir, tida como a principal cidade da região conhecida como Alta Sorocabana, e principal pólo regional da maior área pecuarista do Estado, tem como principal característica sua proximidade com a Hidrovia Tietê-Paraná, o que a coloca também como um dos pólos regionais do MERCOSUL no Estado de São Paulo.

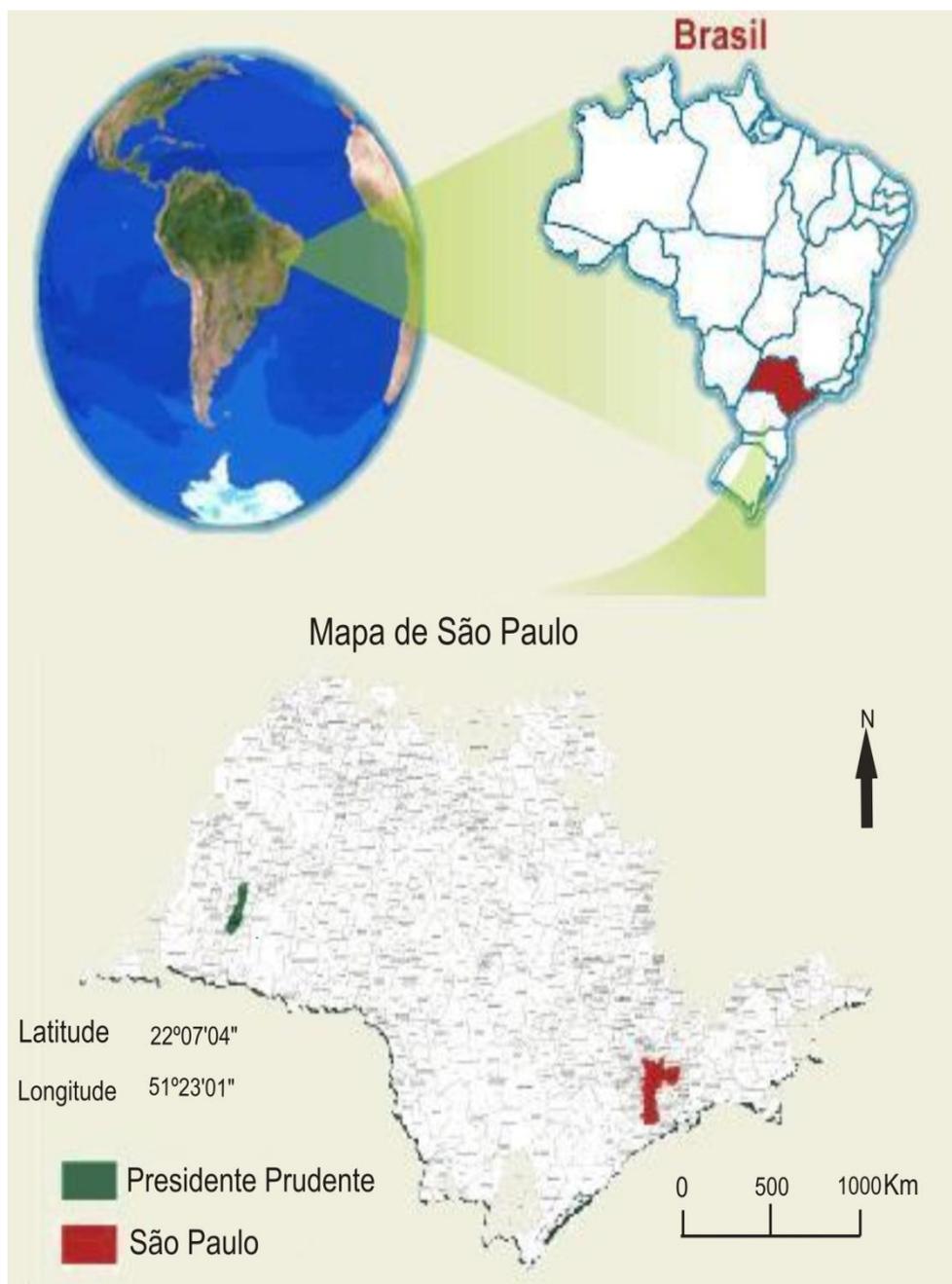
A presente proposta de estudo teve por objetivo :

- Analisar a constituição do trabalho informal em Presidente Prudente através dos trabalhadores camelôs do “camelódromo” .

-Verificar no município de Presidente Prudente a dinâmica e a organização dos camelôs ao longo da sua história;

-Compreender a trajetória de vida dos trabalhadores camelôs através do seu perfil sócio-econômico;

-Analisar o impacto do “camelódromo” no comércio formal e o papel das associações comerciais contra os camelôs;



Fonte: Google imagens, 2009. – Adaptado: Ricardo Kitaguti.

Fig1: Localização do Município de Presidente Prudente

## 2. Fundamentação Teórica

O uso da expressão *trabalho informal* tem suas origens nos estudos realizados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) no âmbito do Programa Mundial de Emprego de 1972. Ela aparece, de forma particular, nos relatórios a respeito das condições de trabalho em Gana e Quênia, na África. Nesses países, constatou-se um grande contingente de trabalhadores vivendo de atividades econômicas consideradas à margem da lei e desprovidas de qualquer proteção ou regulação pública.

O ponto de partida de exame e classificação do trabalho informal da OIT é a unidade econômica, caracterizada pela produção em pequena escala, pelo reduzido emprego de técnicas e pela quase inexistente separação entre o capital e o trabalho. Tais unidades também se caracterizariam pela baixa capacidade de acumulação de capital e por oferecerem empregos instáveis e reduzidas rendas.

Para alguns analistas, dentre eles Singer e Pochmam (1996), o trabalho informal é um fenômeno estrutural no modo de produção capitalista. Desse modo, o trabalho informal é interpretado no âmbito de relações sociais onde vigoram os baixos salários, as longas jornadas de trabalho e, sobretudo, a completa falta de direitos sociais por parte dos trabalhadores.

Segundo Chahad (1998, p. 403), pode-se caracterizar o setor formal e o setor informal como:

Mercado formal de trabalho, o qual contempla as relações contratuais de trabalho, em grande parte determinadas pelas forças de mercado, ao mesmo tempo que são objeto de legislação específica que as regula. Em contraposição, existe o chamado mercado informal de trabalho, onde prevalecem regras de funcionamento com um mínimo de interferência governamental.

Um olhar sobre o trabalho informal que escapa à lógica da precarização ou de uma liberdade mitificada do sujeito social é oferecido pelo geógrafo Milton Santos. Ele identifica a existência, nos países subdesenvolvidos

industrializados, de um circuito inferior da economia alimentado por formas não convencionais do capitalismo moderno. Para Santos (1979), o circuito inferior se caracterizaria pelo emprego do trabalho intensivo, pela escassez de capital, por pequenos lucros em relação ao volume de negócios e por relações diretas e pessoais entre empregados e empregadores e/ou usuários e consumidores.

Santos (1979) também destaca as reduzidas relações com instituições financeiras e a quase nula presença governamental no apoio ou estímulo às atividades no circuito inferior. Numa perspectiva relacional, contudo, o circuito inferior representaria, para esse geógrafo brasileiro, um sub-sistema da economia urbana. Nesse caso, seu entendimento só é possível com o reconhecimento de seus múltiplos entrelaçamentos com o circuito moderno capitalista (o circuito superior).

As relações entre os circuitos se galvanizam através de processos de subcontratação, terceirização e segmentação das atividades produtivas e de prestação de serviços entre as instâncias superiores e inferiores. Assim, o *sistema simples* de produção de bens, prestação de serviços vincula-se à divisão técnica e territorial do trabalho.

Ainda segundo Santos (1979):

O circuito inferior pode ser entendido, do ponto de vista dos interesses do circuito superior, como oportunidade de apropriação do trabalho desprotegido e intensivo; como forma de burlar leis e a fiscalização instituídas e, sobretudo, constituir redes produtivas e comerciais em diferentes escalas geográficas. Por outro lado, o circuito inferior, apesar de enfrentar situações adversas seja pela concorrência e/ou pela subordinação em relação ao superior, engendra alternativas econômicas e sociais para homens e mulheres não imediatamente integrados ao movimento dos mercados de produção, consumo e financiamento dominados pelas grandes corporações empresariais. (SANTOS 1979, p. 66).

Para Yázigi (2000, p. 383), o que fazer com os ambulantes, tornou-se uma das principais questões do espaço público.

[...] Em lugares onde eram costumeiramente inexpressivos, os aparecimentos de algumas centenas deles, por questão de escala gera polêmicas. A globalização com sua divisão internacional do trabalho, suas tecnologias e outras formas de dominância entendem que não há trabalho para todos com essas premissas: poucos vêm além de ações paliativas. (YÁZIGI, 2000, p. 383).

Entende-se que a abordagem pretendida é bastante relevante, uma vez que o trabalho informal tem sido o setor que mais cresce na economia capitalista, inclusive no caso brasileiro, face ao brutal processo de exclusão dos trabalhadores. Segundo Cavalcanti *apud* Gonçalves (2000, p.36):

O setor informal contribui para a solução do problema do emprego, proporcionando ocupação a pessoas que de outro modo não teriam onde trabalhar. Sua contribuição em termos de renda, todavia, é medíocre, uma vez que concentra pessoas sem qualificação profissional, na grande maioria dos casos, as quais, participam de um mercado amplamente competitivo. É assim, que na verdade, os grupos sociais que correspondem à pobreza extrema, estão inseridos no contexto das atividades informais. Estas com suas características de emprego autônomo e intermitente, de diminutas unidades de produção (microempresas) e de ausência de proteção jurídica e institucional, representam no fundo um recurso para que trabalhadores urbanos sem outras alternativas possam sobreviver. (CAVALCANTI *apud* GONÇALVES 2000, p. 36).

Tavares (2004), ao focar as indústrias de calçados e confecções e os nexos do trabalho informal com a produção capitalista confirma que o trabalho informal engendrado pela terceirização é uma forma adequada à lei do valor nesse momento histórico, e embora o trabalho informal não constitua um fenômeno novo, a reestruturação produtiva impõe transformações à economia que ampliam as possibilidades de uso dessa forma de trabalho mediante estratégias que dissimulam a relação compra e venda da força de trabalho.

Parafrazeando Harvey (1976) pretende-se estabelecer algumas relações entre as cidades e seus mecanismos de agregação de excedentes populacionais e de trabalhadores. O autor afirma que a cidade cria um excedente social na forma de força de trabalho que supera as necessidades básicas com vistas a entender as necessidades biológicas, sociais e cultural do grupo social. Conseqüentemente, a parcela populacional que não é absorvida pelo processo produtivo formal engaja-se em outra atividade que lhe garante a sobrevivência, constituindo um mercado informal de trabalho.

### 3. Metodologia

A definição do caminho da pesquisa deve ser feita considerando-se a natureza do objeto analisado e o processo mais adequado para essa investigação. A pesquisa representa segundo Queiroz (1983, p.11), “o conjunto de instrumentos empregados para se resolver um problema, para se esclarecer uma questão, para se chegar a uma descoberta”. Portanto, zelar por um “bom método” é fundamental para a validação dos resultados da pesquisa.

Buscando assegurar um “bom método”, a opção por um caminho onde se privilegia o aprofundamento teórico do tema e abordagem empírica através do trabalho de campo com a aplicação de questionários (anexo) e realização de entrevistas semi-dirigidas .

Assim, propôs-se, num primeiro momento, uma reflexão sobre o mundo capitalista e as condições nas quais se insere a população a ser estudada, considerando que o sistema capitalista cria mecanismos que tem como resultados as desigualdades não só sociais, pois valorizam os bens materiais e estabelecem poder a quem detém bens com valor econômico.

Diante da preocupação em analisar as relações de trabalho entre “camelôs” estabelecidos no “camelódromo” em Presidente Prudente, entende-se que é importante levar em consideração a análise das condições históricas da formação de países como o Brasil, que como a maioria dos países de Terceiro Mundo, foi forçado a situações de subordinação e dependência econômica em relação às metrópoles (principalmente os países europeus) o que levou o Brasil a ser enquadrado como um país de economia subdesenvolvida.

No caso em questão, consideram-se como objeto de estudo os antigos vendedores ambulantes de Presidente Prudente que foram alocados na Praça da Bandeira, na região central da cidade a partir de 1995 enquadrados na categoria de trabalhadores informais.

Para definir trabalho informal recorreu-se ao conceito formulado pela Central Única dos Trabalhadores, segundo o qual o trabalho informal é aquele:

Cujas atividades produtivas são executadas à margem da lei, especialmente da legislação trabalhista vigente em um determinado país. Aqui estariam os trabalhadores conta-própria, grande parte dos quais não contribui à previdência, os trabalhadores sem carteira assinada e os não-remunerados. Este ponto de vista compreende o trabalho informal a partir da precariedade da ocupação. (CUT, 2009).

No entanto, o enfoque principal neste trabalho é demonstrar que os fatores descritos acima não só levaram ao subdesenvolvimento, mas também a diversos tipos de trabalho informal e ao subemprego, principalmente na região, que atingem uma massa de trabalhadores que, se não estão à margem do processo produtivo, estão inseridos de forma transversal sem serem como trabalhadores formais.

Considerando a herança histórica e os fatores que levaram à crônica e estrutural má distribuição da renda no país, pretende-se analisar o contexto histórico mundial no qual o Brasil foi forjado como nação, a inserção do Estado de São Paulo nesse processo, chegando à cidade de Presidente Prudente, cenário onde está localizado o foco de estudo.

A escolha do caminho metodológico deste estudo encontra no materialismo histórico dialético a sustentação de que necessita para seu desenvolvimento, pois os atores participam de um ambiente onde as contradições sociais se fazem presentes. Em outras palavras, os atores desse estudo representam em parte a desigualdade das relações que se estabelecem no mundo capitalista.

Portanto, o levantamento de dados para realização do estudo busca descobrir os motivos que levaram os vendedores ambulantes do “Camelódromo” a se instalarem neste espaço, buscando entender através da análise histórica dos fatos, e explicar as contradições que envolvem o mercado informal de trabalho.

Uma das etapas da investigação foi a coleta de dados que permitiu traçar o perfil sócio-econômico dos antigos ambulantes, alocados na Praça da Bandeira, região central da cidade de Presidente Prudente. Para isso foi utilizado um questionário de perguntas fechadas que levou a conhecer as pessoas que ali trabalham. Nesse primeiro momento, a intenção principal foi

somente verificar quais as condições de vida dessa população e em um segundo momento, a proposta é realizar a pesquisa em forma de entrevistas com roteiro semi-aberto para qualificar os proprietários de Box no “camelódromo”.

A opção pelo caminho metodológico escolhido se mostra o mais adequado, pois ingressa num cenário que reflete um grau muito grande de contradições sociais uma vez que estes ambulantes são retirados das ruas e alocados ali no “camelódromo” sem outra opção. A utilização da técnica com gravador, como afirma Queiroz (1982, p.67), orientou no sentido de verificar “a riqueza de dados que esta técnica permite alcançar, uma vez que, além de colher aquilo que se encontra explícito no discurso do informante, ela abre portas para o implícito”.

#### 4. Cenário Nacional

Nos anos 1990, observaram-se grandes transformações no cenário político econômico brasileiro, que resultaram em mudanças consideráveis conjunturais e estruturais, cujos impactos sobre o mercado de trabalho, são conhecidos e debatidos, particularmente no que se refere às taxas de emprego e desemprego nos vários setores da economia.

O Brasil é um país com um enorme potencial econômico. No entanto, situa-se na periferia do sistema econômico mundial apesar do intenso processo de globalização que ora testemunhado.

A globalização, como afirma Sandroni (1999, p.265) proporciona uma *“interação cada vez maior dos mercados, meios de comunicação e dos transportes”*, afetando toda a estrutura do país, principalmente no que diz respeito ao mundo do trabalho. Mas o que se pode observar é que o processo de modernização da economia brasileira não levou à superação da pobreza e das desigualdades sociais.

A modernização aprofundou as desigualdades sociais já existentes, as quais foram geradas num passado distante, pois, como já mencionado anteriormente, esteve apoiada numa maior concentração de renda.

Santos (2001, p.A7) em entrevista concedida à Folha de São Paulo em 21 de maio de 2001 afirma que:

O capitalismo deixou de fazer concessões, a democracia perdeu a capacidade de distribuir riqueza, e as sociedades acabaram desenvolvendo relações fascistas, referindo-se ao número cada vez maior de pessoas excluídas do contrato social. Ou seja: que não têm nenhum direito. A perda de direitos e da noção de cidadania está ligada ao que se chama de “colapso das expectativas”.

Assim, pode-se considerar que o desemprego é um dos sintomas desse colapso de expectativas. Em busca de fatores que expliquem essa dinâmica do Desemprego, Offe (1995, p.21), leva a reflexão:

O problema político do mercado de trabalho consiste não só no crescimento global da demanda pela força de trabalho, mas também (e cada vez mais) na distribuição equilibrada e justa dessa demanda entre as categorias dessa força de trabalho (potencial) afetadas pelos riscos do mercado de trabalho de maneiras muito diferentes. (OFFE, 1995, p.21).

Isto permite afirmar que a fragilidade do mercado formal de trabalho leva ao nascimento de um mercado informal paralelo tendo em vista a falta de políticas adequadas para a criação de postos de trabalho, falta de apoio às pessoas de idade avançada, baixos salários. Assim, são pessoas que buscam em atividades econômicas marginais novas oportunidades de trabalho, através de um empreendimento próprio, e são levadas a ocuparem um lugar no Box do “camelódromo”.

Atualmente a expansão do mercado informal de trabalho se dá juntamente com a crise econômica que o país atravessa. Apesar da crise econômica sem precedentes que ora testemunhada, o mercado de trabalho informal encontra-se num setor dinâmico da economia, que cresce a cada dia.

Resumindo, na atualidade, a condição de informalidade das atividades brasileiras é determinada por um lado por políticas públicas que priorizam a continuidade da estabilização econômica e, por outro, pelas transformações estruturais intensificadas e mais velozes manifestadas de forma diferenciada tanto em âmbito global, internacional quanto regional, e que resultam em formas também diversas de inserção do trabalho.

#### **4.1. O Cenário Local**

A construção do camelódromo de Presidente Prudente justifica-se pela necessidade de retirar os camelôs que se multiplicavam nas ruas e calçadas do centro da cidade. Na ocasião, a então, secretária do planejamento municipal, Cidene Miranda, elaborou uma lista contemplando os camelôs que se encontravam a mais tempo na atividade ou incapacitados fisicamente de exercer uma atividade no setor formal.

A constituição do “camelódromo” ocorre justamente em um momento de conflito entre o poder público e os ambulantes. Na ocasião os ambulantes comercializavam seus produtos no calçadão da cidade.

O crescimento do número de vendedores ambulantes, principalmente em épocas festivas, comercializando seus produtos pelo calçadão da cidade desencadeou o descontentamento dos proprietários de lojas, que tinham nos vendedores ambulantes fortes concorrentes, o que levou os mesmos a forçar o sindicato do comércio varejista juntamente com a prefeitura a tomarem providências sobre o assunto.

Segundo Gonçalves (2000):

O poder público municipal encontra-se diante de uma situação delicada, pois, mesmo tendo que aceitar os argumentos legais apresentados pelos comerciantes, tinha que lidar com um problema socioeconômico que começava a crescer nacionalmente a partir dos anos 1990, como fruto de novas políticas econômicas neoliberais adotadas pelo governo federal, o desemprego, e que agravava a situação econômica já precária do município, que tem dificuldades no que diz respeito à geração de empregos. (GONÇALVES, 2000, p.148).

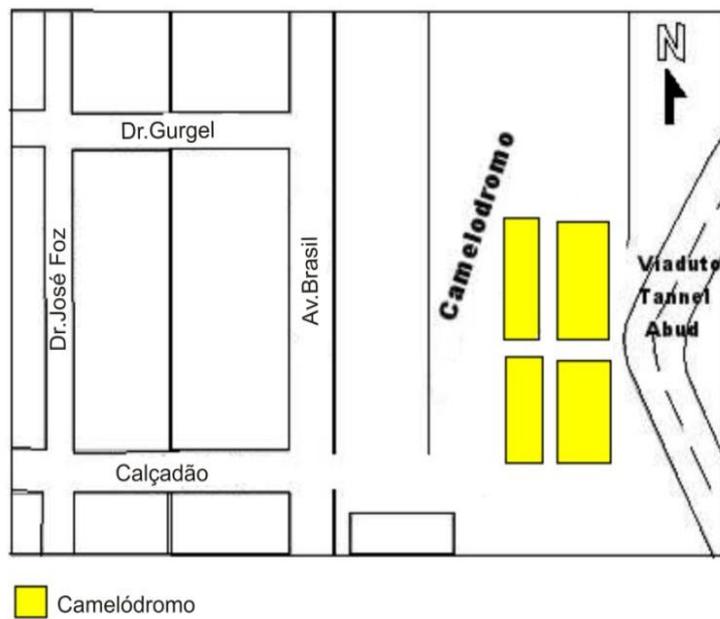
Assim, o cenário da pesquisa se mostra como um palco de contradições sociais opondo ambulantes e Poder Público local, onde de um lado, os comerciantes criticam o fato dos vendedores ambulantes não pagarem impostos e outros encargos e, de outro, os vendedores ambulantes, que encontraram nessa atividade um modo de sustentar a si e à sua família, uma vez que a cidade, como já mencionado anteriormente, não oferece postos de trabalho suficientes para abrigar todos que necessitam.

Segundo documentos referentes ao assunto, os primeiros camelôs aparecem em Presidente Prudente no ano de 1991. Depois disso, paulatinamente o fenômeno foi tomando proporções consideráveis, ganhando expressividade com a construção do camelódromo, inaugurado em 16 de maio de 1995. O mesmo encontra-se até hoje na Praça da Bandeira, área central da cidade e local de grande fluxo de consumidores, contendo 250 boxes.

Inicialmente, foram transferidos para o “camelódromo” 96 vendedores ambulantes que passaram a ocupar Boxes individuais para comercializarem seus produtos. Segundo Gonçalves (2000, p.155) *“com capacidade para noventa e seis barracas arranjadas em 8 fileiras, distanciadas lateralmente em 30cm umas das outras, o ‘camelódromo’ passou a ser o lugar ‘legal’ de atuação dos camelôs em Presidente Prudente”*, onde são comercializados os mesmos tipos de mercadorias, dispostos lado a lado formando um cenário altamente competitivo realçando o cenário da informalidade na mesma proporção em que acentua-se a falta de empregos no mercado formal e a falta de políticas públicas para a geração de postos de trabalho.

Esse quadro acima delineado acrescenta novas cores ao cenário a ser investigado, o “camelódromo”, onde está alocado um contingente significativo de trabalhadores do mercado informal de trabalho de Presidente Prudente. Na

figura 2, apresentamos através do croqui a localização do camelódromo de Presidente Prudente.



Fonte: Ricardo Kitaguti, 2009.

Figura 2: Fotos e croqui do “Camelódromo” de Presidente Prudente.

## 5. Em Busca de um Entendimento da Atividade do Camelô

Neste estudo, o trabalhador camelô é definido como aquele que possui ponto fixo independente de estar em um camelódromo ou nas ruas e calçadas, sendo que o diferencia do vendedor ambulante é exatamente a posse do ponto fixo. Pois, o camelô possui o boxe ou barraca, os quais são mantidos, via de regra, como território conquistado, enquanto um vendedor ambulante ao perambular pelas ruas e calçadas sem um ponto fixo, não possui um território com as mesmas características.

No decorrer da década de 1990, nas capitais, nas grandes e nas médias cidades, a disputa por um ponto fixo era realizada através do embate entre camelôs e o Poder Público de cada município. Porém, ter acesso a um boxe é apenas uma etapa para ingressar na atividade de camelô. Como mostra o relato a seguir:

Eu trabalhava em uma loja de vendedora de roupas. Quando fiquei desempregada há 6 anos com os direitos trabalhistas comprei um boxe no camelódromo (Presidente Prudente) em parceria com uma amiga. Nós vendíamos roupas e brinquedos, depois não arrumei emprego e tive que ficar aqui mesmo, mas no início eu não tinha clientela formada, sem dinheiro para comprar as mercadorias eu vendi minha parte para ela, ela ficou dois anos e disse que não compensava então vendeu o boxe também (informação verbal).

Portanto, é necessário também ter dinheiro para comprar as mercadorias e se manter sem revendê-las nos períodos de declínio da procura. Este é um dos motivos que leva muitos camelôs a vender seu ponto fixo, tendo normalmente como comprador, um trabalhador ou comerciante egresso do comércio formal.

A posse do ponto fixo também diferencia o camelô do sacoleiro. Este normalmente prefere abrir mão de possuir um ponto fixo, para viajar mais vezes aos grandes centros de compra, principalmente ao Paraguai, e assim se especializar nesta atividade cuja eficiência requer ampla experiência, pois é a função chave de ligação Paraguai/Brasil mediante o elo da mercadoria.

A trajetória que se resume em ser empregado no setor formal e em seguida estar na informalidade como sacoleiro ou camelô, não nos obriga a admitir a impossibilidade do caminho inverso. Portanto, é possível um sacoleiro

ou camelô retornar ao trabalho formal como empregado, assim como o comerciante informal pode retornar ao comércio formal.

No entanto, o momento atual do modo de produção vigente, faz com que o caminho para a informalidade se dê num sentido maior. Se pensarmos que não basta se inserir na economia formal, mas também se manter nela, daí a declividade da correnteza aumenta. Tendo em vista que a competitividade aumentou muito até mesmo na informalidade.

### **5.1. Os Motivos do Ingresso em Atividades Informais**

Na bibliografia consultada, no que se refere aos motivos que levam um trabalhador a exercer a atividade de camelô, encontramos diferentes posicionamentos. De acordo com Tomé (2003), conquistar melhores condições de vida é o que impulsiona um trabalhador informal a mudar de atividade, pois são as primeiras vítimas dos efeitos da crise de acumulação e reprodução do capital por se encontrarem nas bordas do sistema.

Já para Gonçalves (2000), o comércio informal se ajusta à grande quantidade de mercadorias e a rapidez de sua circulação, favorecida pelo baixo custo e pouco tempo de vida útil auxiliado pela prática de apreensão e destruição das mesmas, que ao invés de inibir sua produção em larga escala e diminuir a comercialização ilegal, acaba provocando o efeito inverso, ou seja, estimulando tal prática.

Porém todos concordam que ser camelô é estar à margem do mercado formal de trabalho, independente das discordâncias quanto à opção, se por livre e espontânea vontade ou por necessidade.

Para Vasconcellos (1994), os motivos pelos quais muitos preferem trabalhar na informalidade, a origem e a continuidade do trabalho informal passam pelas escolhas feitas pelos próprios indivíduos. Assim, as atividades informais são resultados tanto de avaliações e experiências prévias de trabalho, quanto de gostos ou vínculos pessoais com uma dada atividade.

De acordo com Harvey (1992), existe uma combinação de processos produtivos, articulando o fordismo com processos flexíveis, artesanais e tradicionais. O autor chama atenção para a mobilidade e transferência geográfica de fábricas, das práticas mais flexíveis de emprego do trabalho e da flexibilidade dos mercados de trabalho, da automação e da inovação de

produtos. Toda esta mobilidade gera um intenso jogo concorrencial onde vale tudo, inclusive a prática do comércio ilegal das mercadorias oriundas do contrabando que por sua vez “alimenta” a produção, imitação/reprodução de mercadorias piratas.

De acordo com Antunes (1999), a economia informal está vinculada com a terceirização, subcontratação, trabalho temporário, parcial, precário e o desemprego estrutural.

A lógica do sistema produtor de mercadorias vem convertendo a concorrência e a busca da produtividade num processo destrutivo que tem gerado uma imensa precarização do trabalho e aumento monumental do exército industrial de reservas, do número de desempregados. [...] O que dizer de uma forma de sociabilidade que, conforme dados recentes da OIT para o ano de 1999, desemprega ou precariza mais de 1 bilhão de pessoas, algo em torno de um terço da força humana mundial que trabalha? (ANTUNES, 1999, p. 16).

Ou seja, há todo um processo de fragmentação da classe trabalhadora em diversos seguimentos o que prejudica o entendimento de pertencimento de classe já que a desenvoltura do modo de produção de se reorganizar na busca constante da lucratividade desnorreia os trabalhadores numa realidade que é muito movediça.

## 6. Os Trabalhadores Camelôs no Município de Presidente Prudente

Após o delineamento do cenário da pesquisa e situar-se mais sobre a atividade dos camelôs é fundamental descrever o perfil dos atores que atuam naquele espaço. Como já relatado anteriormente, com base nos dados coletados através da aplicação de questionários, se procede à análise dos resultados com vistas a delinear o perfil dos sujeitos da pesquisa. Por ocasião da coleta de dados, ocorrem algumas situações pitorescas e algumas dificuldades que são importantes e devem ser relatadas.

O primeiro dia no “camelódromo”, logo permite observar que as mulheres chegam ao mesmo por volta das 8h em companhia de seus filhos, crianças na faixa dos 4 aos 6 anos de idade, os quais ficam o dia todo por ali aguardando enquanto suas mães trabalham. Ali, executam as refeições e vão embora somente ao término das atividades do comércio, por volta das 18h.

Ainda no primeiro dia, começamos a tirar algumas fotos do “camelódromo” e encontramos algumas dificuldades, devido à desconfiança dos trabalhadores. Pois após conversar com uma trabalhadora, ela disse que todos estavam desconfiados que fosse da fiscalização, ou mesmo da polícia. Sendo assim explicamos o motivo das fotos, e mostramos o registro acadêmico para não deixar, mas dúvidas. Porém achamos que era melhor retornarmos no outro dia para aplicação dos questionários.

No segundo dia de pesquisa, outro fato que chamou atenção, são os trabalhadores informais terceirizados, estes que vendem a sua força de trabalho por apenas um salário mínimo, sem direito a nenhum benefício previsto na legislação trabalhista.

Em alguns boxes não foi possível aplicarmos o questionário face à ausência do proprietário do Box; os funcionários alegaram que tem instruções para não responderem pesquisas de qualquer natureza. Nesse dia conversamos com uma proprietária, que me alertou que muitos trabalhadores estavam revoltados, pois semana passada a Polícia Federal havia feito a apreensão de alguns CDs e DVDs piratas. Esse fator levou os proprietários à revolta e os mesmos se negaram a contribuir para pesquisa.

A impressão que se tem diante de tais situações é que a presença de um pesquisador dentro do mercado informal causa certo receio aos proprietários dos boxes. Muitos acreditavam que a função do pesquisador ali

era como um agente da prefeitura ou algo desse tipo, e que a pesquisa teria por finalidade a cobrança de impostos.

O trabalho de campo decorreu de forma calma, mesmo com a recusa de alguns proprietários em responder o questionário proposto, o que, no entanto faz parte do dia-a-dia do pesquisador.

À primeira vista, o que salta aos olhos do pesquisador é a expansão dos espaços de alocação dos trabalhadores informais. A maior evidencia disso é que a meados dos anos 1990, 96 camelôs foram inicialmente alocados na Praça da Bandeira. O problema foi que o número de camelôs continuou a se multiplicar nas ruas obrigando a construção de novos pavilhões no camelódromo, até atingir a estrutura atual, contendo 250 boxes.

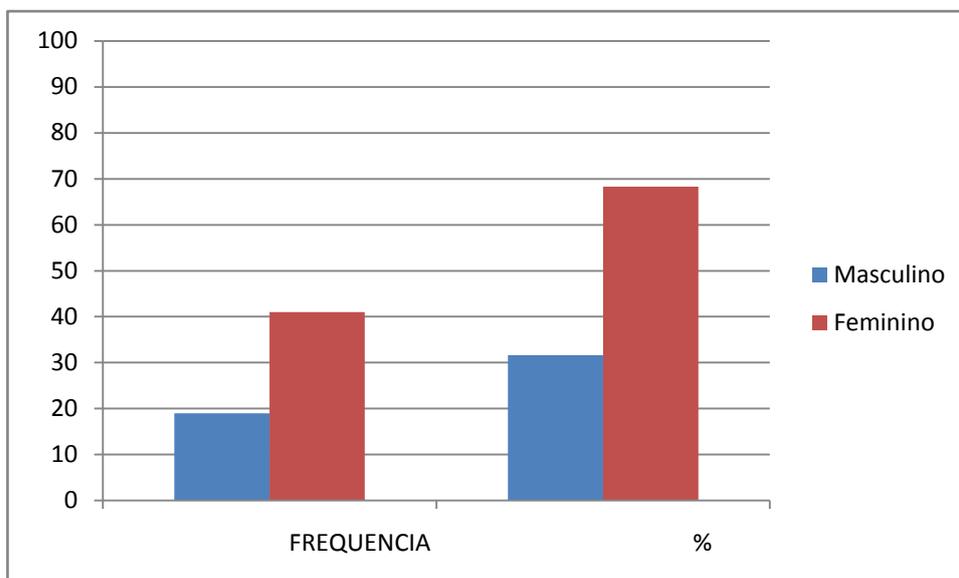
A coleta de dados, como já informado anteriormente, se deu em duas etapas. Num primeiro momento, foi aplicado um questionário (anexo) que visava o levantamento de dados que permitissem traçar o perfil socioeconômico dos vendedores alocados no “camelódromo”. Num segundo momento, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas (anexo) com gravador visando conhecer o que pensam e como se expressam os camelôs.

Tal estratégia justifica-se pela necessidade da identificação de um tipo de trabalhador que se insere no “camelódromo”, ao mesmo tempo em que pretendíamos ouvir a voz do “camelô” sobre si mesmo e seu trabalho.

A aplicação do questionário ocorreu no período de 16 de julho de 2009 a 3 de setembro de 2009, e além da coleta de dados, foi possível filtrar algumas informações como por exemplo:

- alguns proprietários de boxes possuem vínculo familiar, assim, ficam o dia todo ali no “camelódromo” juntamente com seus familiares (inclusive crianças pequenas);
- a maioria dos boxes é dirigida pelo proprietário com auxílio de um funcionário que não possui vínculo empregatício e trabalha por um salário mínimo;
- A apreensão de CDs e DVDs piratas pela polícia, provoca profunda revolta entre os proprietários e também aqueles que não comercializam o produto;
- existem alguns vendedores que possuem mais de um Box, mesmo sendo isso ilegal.

Ao final da aplicação dos questionários, dos 60 entrevistados que responderam, aproximadamente 68,3% são do sexo feminino (figura 3);



Fonte: Ricardo Kitaguti, 2009.

Figura 3. Camelódromo - Presidente Prudente- Distribuição por sexo dos entrevistados.

Segundo a tabela 1, 54,9% dos entrevistados estão na faixa etária entre 24 e 43 anos, o que permite afirmar que a grande parte da população trabalhadora do “camelódromo” é composta por mulheres jovens. Ou ainda, como é o caso de Joana, aposentada que tem no trabalho autônomo no “camelódromo” uma satisfação pessoal, “a porque eu gosto de me comunicar”. (entrevista, 2009).

TABELA 1. Camelódromo - Presidente Prudente- Faixa etária dos entrevistados, 2009

IDADE	FREQUENCIA	%
Entre 15 e 18 anos	1	1,6
Entre 19 e 23 anos	7	11,6
Entre 24 e 33 anos	11	18,3
Entre 34 e 38 anos	9	15
Entre 39 e 43 anos	13	21,6
Acima de 44 anos	19	31,6
Total	60	100

Fonte: questionários organização: Ricardo Kitaguti, 2009.

Esses dados sugerem ainda que a falta de empregos no mercado formal atinge uma parcela jovem entre 15 e 23 anos (13,2%) e adultos acima de 44 anos (31,6%).

Outra informação relevante diz respeito ao estado civil dos entrevistados (Tabela 2). Como se pode observar, 46% dos entrevistados são casados. Quer dizer que 86,5% da população encontra-se na faixa etária em que o brasileiro constitui família. Porém, somente 46% são casados; confrontando os números absolutos, teremos 52 sujeitos na faixa etária entre 24 e acima de 43 anos sendo apenas 28 sujeitos casados.

TABELA 2. Camelódromo - Presidente Prudente - Estado civil dos entrevistados, 2009

<b>ESTADO CIVIL</b>	<b>FREQUENCIA</b>	<b>%</b>
Casado	28	46,6
Solteiro	23	38,3
Separado	6	10
Viúvo	3	5
<b>TOTAL</b>	<b>60</b>	<b>100</b>

Fonte: questionário organização:Ricardo Kitaguti, 2009.

Com relação à cidade de origem dos entrevistados, verificamos que 86,6% dos trabalhadores do mercado informal mora na cidade de Presidente Prudente, enquanto apenas 9,7% mora nas cidades vizinhas ( Tabela 3). Os entrevistados residentes em Presidente Prudente distribuem-se pelos diversos bairros da cidade.

TABELA 3. Camelódromo - Presidente Prudente - Cidade de origem dos entrevistados, 2009

<b>CIDADE</b>	<b>FREQUENCIA</b>	<b>%</b>
Álvares Machado	1	1,6
Indiana	1	1,6
Pirapózinho	2	3,3
Presidente Bernardes	1	1,6
Presidente Prudente	52	86,6
Regente Feijó	1	1,6
<b>TOTAL</b>	<b>60</b>	<b>100</b>

Fonte: questionário organização: Ricardo Kitaguti, 2009.

Pode-se acrescentar ainda que mais da metade dos entrevistados, ou seja, 55% possui residência própria; em contrapartida temos 35% em residências alugadas ( Tabela 4). Esses dados revelam que os entrevistados possuem uma situação socioeconômica razoável se levar em consideração que mais da metade possui casa própria.

TABELA 4. Camelódromo - Presidente Prudente - Tipo de residência dos entrevistados, 2009

<b>TIPO DE RESIDÊNCIA</b>	<b>Frequencia</b>	<b>%</b>
Própria	33	55
Alugada	21	35
Cedida	2	3,3
Financiada	4	6,6
<b>TOTAL</b>	<b>60</b>	<b>100</b>

Fonte: questionário organização: Ricardo Kitaguti, 2009.

Quanto ao grau de escolaridade dos entrevistados, pode-se afirmar que, 60% chegou até o ensino médio e apenas 7% tem nível superior (Tabela 5). Esses dados levam a afirmar que 60% dos entrevistados conseguiram chegar ao ensino médio ou mais adiante em cursos superiores, sendo assim teriam condições de competir em condições de igualdade com os trabalhadores do mercado formal. Ou seja, a falta de escolaridade não é fator determinante na busca de ocupações informais, uma vez que se pode verificar que a maioria possui escolaridade de nível médio.

Tabela 5. Camelódromo - Presidente Prudente - Escolaridade dos entrevistados, 2009

<b>Escolaridade</b>	<b>Frequencia</b>	<b>%</b>
Analfabeto	0	0
Pré-escola ou classe de alfabetização	1	1,6
Fundamental incompleto	5	8,3
Fundamental completo	11	18,3
Médio incompleto	15	25
Médio completo	23	38,3
Superior incompleto	2	3,3
Superior completo	3	5
<b>TOTAL</b>	<b>60</b>	<b>100</b>

Fonte: questionário organizado: Ricardo Kitaguti, 2009.

Porém, devido à má qualidade da formação escolar, 48% dos entrevistados indicam não terem formação profissional, tem-se ainda 35% que informaram que sua formação profissional deu-se na prática e os 16% restantes possuem curso técnico ou formação em curso superior ( Tabela 6).

TABELA 6. Camelódromo - Presidente Prudente - Formação profissional dos entrevistados, 2009

<b>FORMAÇÃO PROFISSIONAL</b>	<b>FREQUENCIA</b>	<b>%</b>
Curso técnico	6	10
Curso superior	4	6,6
Aprendizado na prática	21	35
Não tem	29	48,3
<b>TOTAL</b>	<b>60</b>	<b>100</b>

Fonte: questionários organização: Ricardo Kitaguti, 2009.

Levando-se em consideração os atores que compõe o cenário, a falta de escolaridade não influencia nos fatores que levaram os mesmos ao trabalho autônomo no “camelódromo”. Segundo Carlos, um dos entrevistados, o que leva um grande número de pessoas ao trabalho informal é:

Por falta de emprego mesmo na cidade, ai as pessoas optam pelo camelódromo. Eu fiz curso técnico de mecânico, mas fui aprende mesmo na prática, ai eu trabalhava em uma mecânica de carros, mas a uns 4 anos fui demitido, ai vim ajuda minha mulher aqui no “camelódromo”, e faço uns bicos sempre que apareci no concerto de carros. Mas se pudesse eu voltaria para mecânica, trabalhar regularmente, mas falta oportunidade. (entrevista, 2009).

A maioria das famílias é composta de 3 a 4 pessoas, perfazendo um total de 63% (Tabela 7). Sendo que, na maioria das vezes, eles se revezam no trabalho. Devido às condições de extrema necessidade, muitos trabalhadores buscam seu lugar no mercado de trabalho informal.

TABELA 7. Camelódromo - Presidente Prudente - Quantidade de pessoas na família dos entrevistados, 2009

QUANTIDADE DE PESSOAS NA FAMÍLIA	FREQUENCIA	%
2	6	10
3	21	35
4	17	28,3
5	11	18,3
6	2	3,3
<b>TOTAL</b>	<b>60</b>	<b>100</b>

Fonte: questionários organização: Ricardo Kitaguti, 2009.

A Tabela 8 demonstra que além dos donos de Box, ainda encontramos pessoas que são empregadas ali em troca de apenas 1 salário mínimo: 71% dos entrevistados são donos de Box enquanto 28% trabalham como empregados realizando uma jornada de 12 horas por dia.

TABELA 8. Camelódromo - Presidente Prudente - Quantidades de donos de Box, 2009

DONO DO BOX	FREQUENCIA	%
Sim	43	71,6
Não	17	28,3
<b>TOTAL</b>	<b>60</b>	<b>100</b>

Fonte: questionários organização: Ricardo Kitaguti, 2009.

O espaço do Box é pequeno, mal cabendo a mercadoria a ser comercializada, como afirma Alfredo:

É um espaço pequeno, um espaço que, é mal cabe as mercadorias então a gente sempre tem que colocar as mercadorias para fora do Box pra poder expor, porque hoje em dia pra você vender você tem que ter variedade se você tiver pouca coisa a sua loja passa despercebido, então eu acho que o espaço é muito pequeno. Então eu trabalho sozinho, ai se precisa de ajuda, eu chamo minha filha (entrevista, 2009).

A figura 4 mostra o interior do “camelódromo”, percebe-se assim um espaço estreito, no qual os camelôs disputam o espaço para expor suas mercadorias.



Fonte: Ricardo Kitaguti, 2009.

Figura 4: Vista interna do “Camelódromo”.

Mas mesmo assim há alguns Boxes que possuem mais de um trabalhador: 31% contam com 2 trabalhadores, 5% com 3 trabalhadores. No entanto, a maioria é representada por 61% conta com apenas 1 trabalhador (Tabela 9).

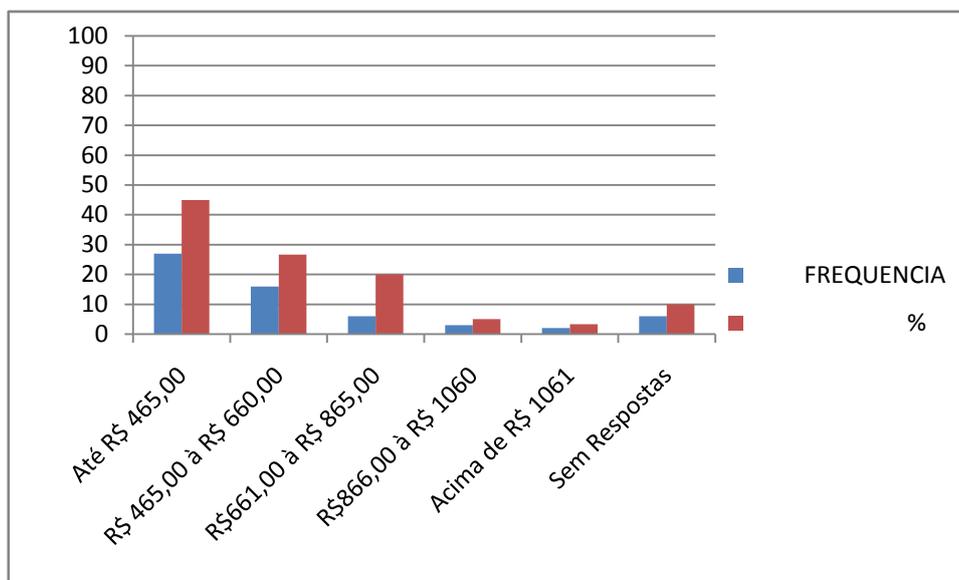
TABELA 9. Camelódromo - Presidente Prudente - Número de trabalhadores por Box, 2009

<b>Nº DE TRABALHADORES POR BOX</b>	<b>FREQUENCIA</b>	<b>%</b>
1	37	61,6
2	19	31,6
3	3	5
4	1	1,6
<b>TOTAL</b>	<b>60</b>	<b>100</b>

Fonte: questionários

organização: Ricardo Kitaguti, 2009.

O ganho mensal dos entrevistados, demonstrado no gráfico abaixo, é o que permite verificar a real situação do universo entrevistado, onde 45% dos entrevistados tem como renda apenas 1 salário mínimo. Pode-se elencar como um dos fatores de descontentamento dos proprietários de boxes os baixos lucros auferidos, o que leva Alfredo a sentir saudades da profissão anteriormente exercida:



Fonte: Ricardo Kitaguti, 2009.

Figura 5: Camelódromo - Presidente Prudente- ganho mensal dos entrevistados.

bom como eu sempre trabalhei, anteriormente em escritório, em área administrativa, é o que eu gostaria de fazer, trabalhar numa área administrativa de alguma empresa de grande porte (entrevista, 2009).

Alfredo alega que:

você não sabe o tanto que vai vender num mês ou no outro então não tem como você programar qualquer tipo de coisa, quanto ao INSS eu não to pagando e plano de saúde eu tenho um plano de saúde que eu pago (entrevista 2009).

Ou seja, a situação não permite que os mesmos contribuam com o INSS, segundo tabela 10: 85% dos entrevistados alegam não ter sobra na renda para que seja possível colaborar com o INSS. A preocupação dos mesmos para com o futuro é justificada pelo plano de saúde, que a maioria paga.

TABELA 10– Camelódromo - Presidente Prudente - Número de entrevistados que contribuem com o INSS, 2009

<b>PAGA INSS COMO</b>		
<b>AUTONOMO</b>	<b>Frequencia</b>	<b>%</b>
Sim	9	15
Não	51	85
<b>TOTAL</b>	<b>60</b>	<b>100</b>

Fonte: questionários organização: Ricardo Kitaguti, 2009.

Quando na entrevista se investiga a história de vida dos entrevistados (Tabelas 11, 12 e 13) é possível verificar que 73% dos mesmos já tiveram uma colocação no mercado formal de trabalho; em contrapartida 26% não tiveram as mesmas oportunidades (Tabela 11).

TABELA 11. Camelódromo - Presidente Prudente - Entrevistados com ocupação em outro ramo, 2009

<b>OCUPAÇÃO EM OUTRO</b>		
<b>RAMO</b>	<b>FREQUENCIA</b>	<b>%</b>
Sim	44	73,3
Não	16	26,6
<b>TOTAL</b>	<b>60</b>	<b>100</b>

Fonte: questionários organização: Ricardo Kitaguti, 2009.

. Com relação ao tempo de trabalho (Tabela 12), se descobre que 40% estão no ramo há mais de 3 anos, e 8% estão à mais de 10 anos, um tempo considerável, já que o camelódromo foi inaugurado há 14 anos atrás.

TABELA 12. Camelódromo - Presidente Prudente- tempo de trabalho no ramo, 2009

<b>Tempo de trabalho no ramo</b>	<b>FREQUENCIA</b>	<b>%</b>
até 3 anos	24	40
até 5 anos	19	31,6
até 8 anos	12	20
mais de 10 anos	5	8,3
<b>TOTAL</b>	<b>60</b>	<b>100</b>

Fonte: questionários organização: Ricardo Kitaguti, 2009.

O total de entrevistados que está no mesmo local há mais de 5 anos é de apenas 10% (Tabela 13), assim, leva à afirmar que o grau de rotatividade dos mesmos é um tanto quanto considerável.

TABELA 13. Camelódromo - Presidente Prudente - Tempo de trabalho no local, 2009

<b>TEMPO DE TRABALHO NO</b>		
<b>Local</b>	<b>FREQUENCIA</b>	<b>%</b>
até 3 anos	37	61,6
até 5 anos	14	23,3
até 8 anos	6	10
mais de 10 anos	3	5
<b>TOTAL</b>	<b>60</b>	<b>100</b>

Fonte: questionários organização: Ricardo Kitaguti, 2009.

Verifica-se atualmente que os camelôs mais antigos, que conseguiram relativo sucesso na atividade foram aos poucos adquirindo mais boxes. Outros, sem sucesso, foram vendendo seus boxes para seus próprios pares ou para pessoas egressas do comércio formal e foram migrando para outras atividades informais.

O meio de locomoção utilizado para chegar ao local de trabalho (Tabela 14), é um item a ser considerado. Assim, se leva consideração que os trabalhadores estão distribuídos nos diversos bairros da cidade, como já mencionamos anteriormente: 15% dos entrevistados vão de suas casas para o “Camelódromo” à pé, a maioria dos entrevistados 55% utiliza transporte coletivo e 26% tem carro próprio.

TABELA 14. Camelódromo - Presidente Prudente- Meio de locomoção dos entrevistados, 2009

<b>MEIO DE LOCOMOÇÃO</b>	<b>FREQUENCIA</b>	<b>%</b>
A pé	9	15,1
De ônibus	33	55
Carro próprio	16	26,6
Outros	2	3,3
<b>TOTAL</b>	<b>60</b>	<b>100</b>

Fonte: questionários organização: Ricardo Kitaguti, 2009.

Os produtos comercializados no “camelódromo” são os mais diversos (Tabela 15): 25% comercializam produtos eletrônicos; os alimentos não podem ser comercializados nos boxes sendo destinado a eles as áreas que cercam o camelódromo; 71% dos comerciantes comercializam variados tipos de produtos como brinquedos, perfumes, cosméticos, presentes em geral. Esse dado leva à afirmação da competitividade dentro do “camelódromo”, pois a maioria dos boxes comercializa os mesmos tipos de produtos.

TABELA 15. Camelódromo - Presidente Prudente - Tipo de mercadoria comercializada, 2009

CATEGORIA	FREQUENCIA	%
Eletrônico	15	25
Alimentos	0	0
Roupas	2	3,3
Variados	26	43,3
Outros	17	28,3
<b>TOTAL</b>	60	100

Fonte: questionários organização: Ricardo Kitaguti, 2009.

A entrevista a seguir, mostra que os produtos mais lucrativos no “camelódromo” são os eletrônicos, em especial os DVDs piratas.

Aqui eu vendo brinquedos, eletrônicos e DVDs, dá dinheiro, mas também da muita dor de cabeça. Tem gente que vem compra 4 filmes por R\$ 10,00, leva embora e assiste e depois vem querendo trocar por outros alegando estar com defeitos, se der mole o carinha fica o ano inteiro assistindo seus filmes só na base da troca. Só não fecho ele agora, porque é o que dá mais dinheiro. Eu vendi de brinquedo até agora (08h00min às 15h00min) R\$ 15,00. Agora só de filme já vendi R\$ 200,00. Quando está bom vende R\$ 400,00 por isso que todo mundo quer vender essa mercadoria, mesmo correndo risco da polícia chega, mas quem veio para cá no começo, logo que surgiu o DVD ficou rico (informação verbal).

Segundo o relato, percebe-se que os camelos preferem comercializa os CDs e DVDs, mesmo correndo riscos, por serem mais fáceis de vende e assim lucrativos.

A maioria dos produtos comercializados é comprada no Paraguai ou nos grandes centros como São Paulo, como nos mostra o gráfico abaixo, gerando algumas dificuldades. Alfredo relata o seguinte:

Bom, no caso da mercadoria que a gente busca em São Paulo, as dificuldades maiores são em relação é, a correria mesmo né, porque não há uma, é não há um policiamento extensivo, uma coisa assim mais forte em relação, agora quem busca no Paraguai, há toda uma dificuldade realmente da fronteira dos policiais na rodovia e tudo mais (entrevista 2009).



Fonte: Ricardo Kitaguti, 2009.

Figura 6: Camelódromo - Presidente Prudente- procedência da mercadoria no “camelódromo”.

Quanto a procedência da mercadoria (Figura 6) todos os entrevistados sabem dizer; apenas 6% trabalham com produtos locais, ou seja, fabricados na cidade de Presidente Prudente; 55% comercializam produtos comprados em outras cidades do Estado, sendo o destino principal a cidade de São Paulo, 1% de outro Estado e 36% são produtos de outro país, principalmente do Paraguai.

## **6.1. Organização Política do Camelô de Presidente Prudente**

Aparentemente a construção do camelódromo acabou com o clima de tensão entre os representantes dos comerciantes legalizados e os comerciantes informais ou camelôs.

No entanto, podemos garantir a partir de uma pesquisa mais aprofundada, que a pressão dos comerciantes legalizados sobre seus representantes, para acionar o Poder Público Municipal no sentido de coibir a venda de produtos no camelódromo continuou e se intensificou no ano de 2008, assim como as disputas e os dramas entre os próprios camelôs no interior do camelódromo para a realização das vendas dos mesmos tipos de mercadorias em um mesmo espaço.

O problema foi que o número de camelôs continuou a se multiplicar nas ruas obrigando a construção de novos pavilhões no camelódromo, até atingir a estrutura atual.

No ano de 2005, alguns camelôs ignorando o fato de ocupar um espaço público de uso comum começaram a comercializar seus boxes por valores que variavam de R\$ 4.000,00 a R\$ 8.000,00. Uma prática expressamente ilegal e proibida, pois de acordo com as normas, quando um camelô se desinteressa pela atividade, ele deve comunicar a Secretaria do Comércio e Indústria, que irá destinar o boxe a uma pessoa que necessite e queira entrar neste ramo, sendo que deve haver licitação e publicada no Diário Oficial.

Mas, na prática não é isso o que ocorre, e no nosso entendimento, a comercialização dos boxes se dá por motivos do Poder Público ter deixado os camelôs arcarem com as despesas do acabamento e melhorias e também por entrar pessoas logo na inauguração, em 1995, que não estavam nas ruas e calçadas.

Assim os camelôs ao terem arcado com as despesas das melhorias realizadas nos boxes, com o passar dos anos começaram a entender que eram donos do espaço público, que este espaço não havia sido cedido provisoriamente ou por tempo indeterminado, mas para sempre.

Houve ainda casos de camelôs que alegaram ter comprado o boxe logo no início, e sem acusar diretamente funcionários do Poder Público Municipal, apresentavam notas promissórias e exigiam o direito de permanecer no boxe e de vendê-lo pelo preço que foi pago na compra, caso precisassem sair.

Com o tempo a solidariedade do trabalho existente quando os camelôs ainda se encontravam nas ruas e calçadas, começou desaparecer logo na inauguração do camelódromo, pois muitos entenderam que haveria locais específicos com maior fluxo de consumidores, assim se formou uma intensa disputa pelos melhores pontos de venda dentro dos pavilhões provocando um clima de individualismo que se estende até os dias atuais.

No camelódromo de Presidente Prudente, (Figura 8) há uma extremidade que oferece maiores possibilidades de vendas, trata-se da extremidade da parte mais antiga, onde foi inaugurado o primeiro pavilhão que vai do boxe de número 1 ao número 50. De acordo com os camelôs o motivo é o fato desta parte do camelódromo ser mais ventilada e com maior claridade, diferente da extremidade da parte inferior onde o corredor é coberto e há boxes dos dois lados, o que torna o ambiente escuro e com pouca ventilação (corresponde a parte fotografada acima) e na extremidade oposta, no final do espaço do camelódromo, sempre houve pouca procura por parte dos consumidores.

Devido a estas características há grande variação nos preços de venda e aluguel dos boxes (Figura7) encontrados em Presidente Prudente.

Localização dos Box	Preço em R\$
Extremidade antiga com maior fluxo	20.000,00
Parte intermediária com grande fluxo	12.000,00
Extremidade oposta com baixo fluxo	8.000,00

Fonte: questionários organização: Ricardo Kitaguti, 2009.

Figura 7: Camelódromo-Presidente Prudente- Quadro com Valores dos Box de acordo com a localização e fluxo, 2009.

Outra possível explicação para o alto preço de um boxe é a procura por parte de pessoas que possuem capital inicial e buscam fugir dos impostos e do aluguel exigido para atuar no comércio formal.



Fonte: Ricardo Kitaguti, 2009.

Figura 8: Localização dos Box com maior fluxo.

Nota-se entre os camelôs em geral, a predominância do entendimento da sua atividade como permanente e não mais como provisória. Este talvez seja o principal atrativo para pessoas egressas do mercado de trabalho formal, bem como do comércio formal para fugir do desemprego e do regramento tributário.

Há que se destacar que por trás do individualismo que permeia essa atividade atualmente, se esconde a história que antecede a construção do camelódromo, fruto de embates e disputas travadas pelos camelôs enquanto estavam nas ruas e calçadas. Quando os camelôs estavam nas ruas de Presidente Prudente e recebiam pressão por parte dos fiscais do Poder Público Municipal, para retirarem suas barracas das calçadas a pedido dos comerciantes legalizados, por intermédio do Sindicato do Comércio Varejista, eles se juntavam em grupos e insistiam em permanecer nas ruas. O mesmo ocorria quando eram forçados a se mudarem para locais distante do fluxo de consumidores.

Por trás dessa união e insistência em permanecer nas ruas estava levantada a bandeira do direito de trabalhar e garantir o sustento dos filhos etc. Essa união foi se desfazendo aos poucos após a construção do camelódromo, houve duas tentativas frustradas de formação de associação e vários projetos de construção de um sindicato que mal saiu do papel e no ano de 2007, constatamos que não há nenhum tipo de organização política. Segundo entrevista com Marli, uma das camelôs mas antigas e considerada uma espécie de líder entre os camelôs, tentou-se formar uma associação contendo

um estatuto legal redigido pelo Poder Público e um quadro de diretores formado por camelôs bem localizados no interior do camelódromo e imposto para o conjunto de trabalhadores camelôs.

A formação do sindicato não foi aceita nem pelos camelôs por divergências e nem pelo Poder Público e o fato é que hoje não existe mais a associação nem o sindicato.

## **6.2. A Tentativa de formar um “shopping popular”**

Em informações concedidas junto aos trabalhadores mais antigos do camelódromo de Presidente Prudente, no ano de 2005 houve uma tentativa de formar um “shopping popular”. O idealizador da associação dos camelôs Antonio de Brito Neto, entendia até o ano de 2005 que era fundamental a obtenção de uma área dentro da cidade que não estivesse sob o domínio total do prefeito.

A área escolhida foi o antigo Galpão de Expurgo (Figura 9) de sementes, que segundo este seria tombado como patrimônio público, ficando sob responsabilidade do governo federal. Nesta nova área deveria ser construído um novo camelódromo ou “shopping popular” para os camelôs que se encontram nas ruas ou querendo ingressar na atividade, posteriormente atendendo os antigos camelôs hoje estabelecidos na Praça da Bandeira, desde que estes demonstrassem interesse de atuar na nova área. Este projeto não teve bons resultados até o momento.

Na tentativa de compreender porque os camelôs de Presidente Prudente entendem como absurda a idéia do idealizador do SINPRECOESP de montar um “Shopping Popular” em uma nova área, mesmo diante da instabilidade de estar em um local de uso público.

Procurou-se assim saber os motivos dos camelos evitarem a mudança do “camelódromo”. Com este propósito, apresentou-se a idéia de Antonio de Brito Neto de conseguir junto à prefeitura de Presidente Prudente o Galpão de Expurgo para construção do que ele chama de “Shopping Popular” e que os camelôs entendem como transferência do camelódromo de um local para o outro.



Fonte Google Earth, 2007; Google Maps, 2007 – Adaptado: Ricardo Kitaguti.

Figura 9: Croqui do Camelódromo e da Área de Expurgo em Presidente Prudente

Como é possível perceber na figura 9, há uma distância considerável de sete quadras, do atual local onde estão os camelôs na Praça da Bandeira na saída do calçadão (Figura 10) na Rua Tenente Nicolau Maffei, no centro da cidade de Presidente Prudente, no quadrilátero comercial até a parte destacada em verde no croqui.



Fonte: Ricardo Kitaguti, 2009.

Figura 10: Vista da Avenida Brasil, que separa o calçadão do “camelódromo”.



Fonte: Ricardo Kitaguti, 2009.

Figura 11: Antiga Área de Expurgo, em frente ao terminal rodoviário, em Presidente Prudente (SP)

Dessa forma, os motivos que levam os camelôs a não aceitarem sair do local atual (Praça da Bandeira) para ir para a Área de Expurgo, (Figura 11) próximo à Rodoviária de Presidente Prudente, podem ser:

- a distância entre o novo local sugerido e a principal rua comercial;
- o apego ao território temporariamente conquistado;
- o comodismo após se estabelecer em um ponto fixo;
- o estranhamento do trabalho que ao se manifestar não permite o camelô entender que há outros trabalhadores que podem vir a precisar se inserir nesta atividade;
- a insegurança de não obter ganhos no local novo e a perda do local antigo.

O Poder Público Municipal negou a área por motivos do seu valor imobiliário. Diante disso, Brito convocou os camelôs para uma reunião e expôs sua idéia de construção de um shopping popular, alegando que a antiga área de expurgo seria tombada como patrimônio histórico e dessa forma passaria do controle do Poder Público Municipal para o controle do governo federal e através da conjugação da constituição com a lei orgânica municipal. Brito

defendia que através da pressão os camelôs conseguiriam a antiga área de expurgo.

No entanto, o suposto sindicalista bateu de frente com o individualismo existente entre os camelôs, que ofusca a história de construção do camelódromo enquanto fruto de embates e disputas quando os camelôs ainda estavam nas ruas e calçadas.

Entendemos residir na preocupação de um camelô de não colocar em discussão a possibilidade de perder seu ponto fixo, a força que o território exerce, de quem era desterrado e passou a ter um território (boxe ou ponto fixo), ainda que inseguro.

## **7. O Papel das Associações Comerciais Contra os Camelôs**

No município de Presidente Prudente, o sindicato que tomou medidas no sentido de retirar os camelôs das ruas e calçadas foi o Sindicato do Comércio Varejista. Durante toda a década de 1990, esse sindicato foi um dos principais agentes nos conflitos que envolviam os até então denominados vendedores ambulantes, posteriormente chamados camelôs. Foi também o principal responsável pelas pressões sobre o Poder Público Municipal de Presidente Prudente, que na busca da mediação e do consenso, tentou-se realocar os camelôs em diferentes locais até finalmente, em 1995, serem estabelecidos onde hoje se encontram, na Praça da Bandeira.

As Associações Comerciais, quando bem administradas, podem surtir efeitos consideráveis no comércio de um município, e ao mesmo tempo em que obtém resultados positivos conseguem mais associados, conseqüentemente mais recursos financeiros, maior representatividade e poder político.

As Associações Comerciais são entidades formalizadas, reconhecidas e incentivadas pelo Poder Público e pela iniciativa privada e na medida em que se fortalecem politicamente recebem cada vez mais apoio em diferentes instâncias, sob a justificativa de representarem os interesses de uma classe que supostamente mais gera empregos formais, contribui com a maior parte dos impostos arrecadados, sendo responsáveis por fortalecer o município trazendo inúmeros benefícios, no entendimento dos seus respectivos representantes.

Como se sabe, nenhuma destas características se encontra no trabalho informal dos camelôs. Aqui não é gerado emprego com carteira registrada, as mercadorias não são tributadas e o imposto do uso do solo geralmente é simbólico.

Este conjunto de diferenças leva os representantes das associações a enxergar os trabalhadores camelôs como um inimigo a ser exterminado, ainda que não enxergue a gama de atividades conexas que compõem o circuito de circulação das mercadorias dando suporte à espacialização dos camelôs na área comercial de um município.

Portanto, ser camelô para a associação é ser oportunista ou concorrente desleal, não importando se um ou outro comerciante se solidarize com a situação de um camelô ou ambulante, pois o que é levado em conta é o posicionamento de seu representante legal, enquanto entidade. Nesse caso, mesmo quando os camelôs estão localizados em um local autorizado pelo Poder Público, não se encontram isentos de pressão política, e por isso buscam formas de se organizar e resistir nos seus pontos de venda.

Segundo o Presidente Associação do Comércio e Indústria de Presidente Prudente (ACIPP), há reuniões com debates fervorosos por parte de comerciantes exigindo a presença contínua da fiscalização no camelódromo e nos pontos de venda que se multiplicam na área comercial.

Em suma, o que se percebeu na visita a ACIPP, foram as constantes reclamações dos comerciantes com relação à existência dos camelôs no camelódromo de Presidente Prudente, o que nos obriga a entender que, atualmente, as associações comerciais são os principais adversários políticos dos camelôs.

### **7.1. Alternativas para o Trabalho informal**

A regulamentação e o crescimento econômico não são suficientes também para garantir o retorno ao mercado de trabalho regular de parte da população que hoje trabalha na informalidade.

Os estudos que foram apresentados aqui indicam que o baixo nível de qualificação profissional e a baixa escolaridade, dificultam sua recolocação. Muitos deles, inclusive, não desejam mudar de atividade, ou porque estão

satisfeitos na atividade atual ou porque sabem que dificilmente encontrariam trabalho com remuneração melhor ou igual.

Para estes trabalhadores, é necessário o encaminhamento de ações cujos objetivos devem ser a melhoria das condições atuais de trabalho e o aumento de suas possibilidades de ganho, diminuindo a precariedade e a insegurança. Ao lado da regulamentação, a destinação de locais apropriados para o exercício da atividade e a organização desses trabalhadores em associações e/ou cooperativas que lhes garantam uma melhor posição na negociação com fornecedores e acesso a algum sistema de crédito parecem medidas viáveis e de efeitos positivos imediatos.

Segundo a CUT (Central Única dos Trabalhadores), começa a ser criada condições políticas para estancar a corrupção, problema do setor informal. Programas de requalificação profissional, acesso ao crédito, organização de cooperativas e incubadoras agora podem ser implantados ou ampliados. Assim é necessário buscar soluções solidárias para os problemas da informalidade.

## 8. Considerações finais

Ao delimitar nosso recorte territorial inicialmente no camelódromo de Presidente Prudente (SP) e localizado na Praça da Bandeira e, que a impressão obtida com as primeiras observações é da não existência de conflitos significativos, devido a fatores observáveis tais como: organização e disposição dos boxes padronizados, a existência de uma relativa harmonia entre os camelôs e os comerciantes do comércio legalizado e um aparente equilíbrio na concorrência entre os próprios camelôs no que diz respeito à venda das mercadorias.

A profissão de “camelô” representa a trajetória de um segmento social que comercializa seus produtos nas ruas. Diante das pressões do comércio formal, passaram a ser “proprietários” de boxes no “camelódromo”, ou seja, passaram a ser “patrões”. Se, por um lado não tem obrigações com relação a horários, por outro, não possuem perspectivas com relação ao futuro no que diz respeito aos lucros e à estabilidade de sua atividade.

Outro fator importante a ser ressaltado é que a informalidade econômica leva a relações informais com eventuais empregados. Ironicamente, os mesmos trabalhadores que ingressaram no mercado informal estabelecem relações trabalhistas marginais com outros trabalhadores, ou seja, uma nova lógica do trabalho passa a vigorar nas relações com seus “empregados”.

As formas de trabalho dentro do “camelódromo” se mostram as mais competitivas. Arranjados, lado a lado, comercializam na sua maioria os mesmos tipos de produtos, sendo em poucos casos as mercadorias diferenciadas. No que diz respeito ao grau de rotatividade, apesar das dificuldades da economia atual, poucos são os que não conseguem manter seu negócio no “camelódromo”.

As relações entre comerciantes formais e comerciantes informais, apesar de terem um tratamento diferenciado, com relação à cobrança de impostos, se dão de uma forma tranqüila, principalmente depois que os “camelôs” foram alocados na Praça da Bandeira e deixaram de ser uma ameaça direta ao comércio formal.

A contribuição do presente trabalho se dá pela possibilidade de compreensão do fenômeno do trabalho informal na economia capitalista, considerando-se os trabalhadores do “camelódromo” de Presidente Prudente.

Pode- se perceber que há uma forte tendência ao crescimento dessa atividade levando a uma inevitável segregação do comércio informal por parte do poder público que precisa dar respostas adequadas ao comércio formal. Ou seja, o trabalhador é duplamente penalizado: primeiro, por ser excluído do mercado formal de trabalho, sendo obrigado a buscar alternativas marginais na economia para sobreviver; em segundo lugar, porque acaba também segregado espacialmente na cidade, alocado num espaço onde não ameace os “homens de bem”.

## 9. Bibliografia

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 1999.

CHAHAD, J.P.Z. (1999). **Mercado de Trabalho: Conceitos Definições e Funcionamento**, in Diva Pinho e Marco A.S. Vasconcellos (orgs). Manual de Economia, Capítulo 18, São Paulo, Editora Saraiva.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT). O trabalho informal no Brasil. [www.cut.or.br](http://www.cut.or.br)

GONÇALVES, M. A. **A territorialização do trabalho informal em Presidente Prudente: um estudo dos catadores de papel e dos camelôs em Presidente Prudente – SP.** (Dissertação de Mestrado apresentada na FCT/Unesp). Presidente Prudente: UNESP, 2000.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade.** São Paulo: Hucitec, 1976.

JAKOBSEN, K. MARTINS, R. DOMBROWSKI, O. (orgs). **Mapa do trabalho informal: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo.** São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

OFFE, Claus. **Capitalismo desorganizado transformações contemporâneas do trabalho e da política.** 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

POCHMANN, M. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século.** São Paulo: Contexto, 1999.

QUEIROZ, Maria Isaura de. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva.** São Paulo: CERU e FFLCHU/USP, 1983, (col.textos, 4).

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia.** São Paulo: Editora Best Seller, 1999.

SANTOS, Boaventura de Souza. Democracia convive com fascismo Social. **Folha de São Paulo.** São Paulo, 21 maio 2001. Folha Brasil, p. A7.

SANTOS, Milton. *O espaço dividido. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos.* Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979 (Coleção Ciências Sociais)

SINGER, P. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas.** São Paulo: Contexto, 1998.

TOMÉ, G. F. **Os camelôs da cidade de Marília SP: uma investigação sobre as determinações de suas trajetórias ocupacionais.** Dissertação de Mestrado, Unesp, orientador: Giovani Alves. Marília: UNESP, 2003.

YÁZIGI, E. A economia Informal das ruas. In: **O mundo das calçadas**. São Paulo: HUMANITAS/FFCH/USP, p. 169- 217, 2000.

YÁZIGI, E. Sobre a territorialidade do trabalho de rua. In: **O mundo das calçadas**. São Paulo: HUMANITAS/FFCH/USP, p. 383-413, 2000.

## **ANEXOS**

## Questionário para traçar perfil socioeconômicos dos proprietários de Box no “camelódromo”

### QUESTIONÁRIO PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO

01.Sexo:

01.1() Feminino 01.2() Masculino

02.Idade:

02.1() Faixa 1(entre 15 e 18 anos 02.2() Faixa 2(entre 19 e 23 anos)

02.3() Faixa 3(entre 24 e 33 anos) 02.4() Faixa 4(entre 34 e 38 anos)

02.5() Faixa 5(entre 39 e 43 anos) 02.6() Faixa 6(acima de 44anos)

03.Estado Civil:

03.1() Solteiro 03.2() Casado

03.3() Separado 03.4() Viúvo

04.Local de residência?

04.1 Presidente Prudente () Sim () Não

04.2 Bairro:\_\_\_\_\_.

04.3 Tempo de residência:

04.3.1 () menos 1 anos 04.3.2 () 1 a 5 anos 04.3.3 () mais 5 anos

04.4 Outra Cidade. Qual ? \_\_\_\_\_

05.Reside em casa?

5.1() Própria 5.2() Alugada

5.3() Cedida 5.4() Financiada

06.Grau de escolaridade:

06.1() Analfabeto 06.2() Primário Completo

06.3() Primário Incompleto 06.4() Fundamental Completo

06.5() Fundamental Incompleto 06.6() Médio Completo

06.7() Médio Incompleto 06.8() Superior Completo

06.9() Superior Incompleto 06.10() Outros

07.Qual a formação profissional?\_\_\_\_\_.

07.1()Curso técnico 07.2() Curso superior

07.3()Outros Cursos. Qual?\_\_\_\_\_ 07.4() Na prática.

08.Quantos membros têm a família?\_\_\_\_\_.

09.Número de estudantes na família?\_\_\_\_\_.

10.É dono do Box?

10.1() Sim.Quantos Box possui?\_\_\_\_\_.

10.2() Não.Possui vinculo empregativo?

10.2.1() Sim 10.2.2() Não.

11.Quantas pessoas trabalham no Box?\_\_\_\_\_.

12.Qual é o horário de atendimento do Box? \_\_\_\_\_.

13.Até quanto ganha por mês?

13.1() Até R\$465,00 13.2() R\$465,00 á R\$660,00

13.3() R\$661,00 a R\$865,00 13.4() R\$866.00 a R\$1060.00

13.5() Acima R\$1061,00

14.Paga INSS como autônomo?

14.1() Sim 14.2() Não

15.Paga algum tipo de tributo à prefeitura?

15.1() Sim.Qual?\_\_\_\_\_.

15.2() Não.

16.Teve ocupação em outro ramo?

16.1() Sim. Qual?\_\_\_\_\_.

16.2() Não

17. Há quanto tempo trabalha neste ramo?

17.1() Até 3 ano 17.2() Até5 anos

17.3() Até 8 anos 17.4() mais de 10 anos

18.Há quanto tempo encontra-se trabalhando neste local?

18.1() Até 3 anos 18.2() Até de 5 anos

18.3() Até 8 anos 18.4() mais de 10 anos

19.Por que montou seu negocio neste

local?\_\_\_\_\_.

20.Qual o meio de locomoção para chegar até o local de trabalho?

20.1() a pé 20.2() de ônibus

20.3() de carro próprio 20.4() outros

21. Que tipo de mercadoria comercializa?
- 21.1( ) Eletrônico 21.2( ) Alimentos.
- 21.3( ) Roupas 21.4( ) Variados
- 21.5( ) Outros. Quais? \_\_\_\_\_.
22. Qual a procedência da mercadoria?
- 22.1( ) Não sabe 22.2( ) Local
- 22.3( ) Outra cidade do Estado 22.4( ) Outro Estado
- 22.5( ) Outro País. Qual? \_\_\_\_\_.
23. Compra mercadoria para revender para outros camelôs?
- 23.1( ) Sim 23.2( ) Não
24. Pensa em procurar outra ocupação?
- 24.1( ) Sim. Qual? \_\_\_\_\_.
- 24.2( ) Não. Porque? \_\_\_\_\_.